



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUERITO DOS ATOS  
DE 8 DE JANEIRO DE 2023**

**CPMI - 8 de JANEIRO**

**Requer que o Ministério da Justiça e Segurança Pública disponibilize, em meio eletrônico, o contrato de manutenção e suporte ao Sistema de Circuito Fechado de Televisão, bem como o mapa da localização exata das câmeras que abrangem as dependências dos três edifícios do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Palácio da Justiça, Anexos I e II), a fim de subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.**

**REQUERIMENTO Nº DE 2023**

Com fundamento no art. 58, da Constituição Federal combinado com o art. 2º, da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional, solicito a aprovação do presente requerimento para que o Ministério da Justiça e Segurança Pública disponibilize, em meio eletrônico, a seguinte informação:

1. O acesso à íntegra do contrato de manutenção e suporte ao Sistema de Circuito Fechado de Televisão, bem como o mapa de localização exata das câmeras que abrange as dependências dos três edifícios do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Palácio da Justiça, Anexos I e II - localizados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF.

**JUSTIFICAÇÃO**



A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem como objetivo investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília/DF.

Tais atos acarretaram a depredação do patrimônio público e vandalismo contra as instituições da República, condutas essas inaceitáveis que merecerem a devida reprimenda estatal.

Diante da gravidade dos fatos, cabe uma investigação extremamente meticulosa sobre o que motivou a violência protagonizada pelos manifestantes, os seus possíveis financiadores, bem como as autoridades que não agiram da forma adequada para evitar os excessos ali ocorridos.

Nesse passo, acredita-se que o acesso à íntegra do contrato referente ao Sistema de Circuito Fechado de Televisão, bem como o mapa de localização exata das câmeras das dependências dos três edifícios do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Palácio da Justiça, Anexos I e II - auxiliará na verificação do quantitativo de câmeras instaladas e sua localização exata. Isso se torna relevante uma vez que o Ministro Flávio Dino não forneceu todas as imagens capturadas pelas câmeras de segurança presentes na estrutura daquela instituição.

Ante o exposto, considera-se que o contrato solicitado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública fornecerá um vasto leque de informações sobre os fatos investigados por esta CPMI, bem como permitirá esclarecer diversos aspectos relacionados ao objeto da investigação. Portanto, solicitamos o apoio dos membros desta Comissão para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 15 de agosto de 2023.

Senador Eduardo Girão